

A Contribuição De Harold Innis E O Uso De Conceitos Da Geografia Para Análise De Políticas De Comunicação¹

Lúcio Pereira Mello²

Universidade de Brasília, Brasília, DF

RESUMO

Este artigo analisa a contribuição de Harold Innis em *O Viés da Comunicação* (INNIS, 2011) como precursor da compreensão do componente espacial nos estudos de comunicação. Aborda também a necessidade de uma maior compreensão da dimensão socioespacial nos estudos comunicação social como um todo, e em específico os trabalhos de Política de Comunicação. São apresentados os conceitos de meio técnico científico-informacional e território usado (SANTOS 2008) bem como de políticas públicas espaciais (STEINBERGER 2013). Estes três são tratados como chaves de análises importantes para ampliar a compreensão das imbricações e mediações entre política, técnica e território no âmbito dos estudos sobre políticas de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: políticas de comunicação; território usado; meio-técnico-científico; território

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra. “Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?”, pergunta Kublai Khan. “A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra”, responde Marco, “mas pela curva do arco que estas formam.

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta: “Por que falar em pedras? Só o arco me interessa”. Polo responde: “Sem pedras, o arco não existe”. (CALVINO 2003, p35)

Os estudos de comunicação em geral partem de uma matriz teórica ampla e diversificada por sua natureza interdisciplinar. As abordagens, vindas das mais diferentes escolas teóricas, conceitos e tendências causam uma multiplicidade de análises que influenciam a amplitude dos estudos da comunicação e suas áreas correlatas ou especialidades. Tal problema teórico, conceitual e epistemológico é

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (PPGOM/UnB), e-mail: luciopereiramello@gmail.com.

apontado por Luiz C. Martino na abertura do artigo Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação (MARTINO et al, 2014, p14)

Da profunda influência proporcionada pelo aparecimento da Sociologia, fazendo com que as Ciências Humanas incorporassem uma análise do social à célebre afirmação do ‘inconsciente estruturado como linguagem”, é o conjunto dessas ciências, e mesmo a Filosofia, que veem, num curto espaço de tempo, seu centro de gravidade deslocar para a problemática da comunicação.

Paralelamente a este deslocamento nós assistimos ao aparecimento de um novo saber especializado, e, mais do que um saber, uma nova disciplina científica, cujo objeto seriam os processos de comunicação. Ora, sem desmerecer todo o trabalho acumulado nesta matéria, **não se pode deixar de reconhecer, entretanto, que esta ‘jovem’ ciência jamais conseguiu definir de maneira suficiente seu objeto de estudo, o qual permanece tão vasto e diversificado quanto as problemáticas que compõem as ciências do homem.** (MARTINO et *Alli*. 2014 p. 27-28) [grifo nosso]

Longe de tentar resolver o problema identificado por Luis Martino, este trabalho tenta, como disse Italo Calvino, analisar uma das pedras para melhor compreender o arco que sustenta a arquitetura dos estudos em comunicação. Este artigo destaca a dimensão espacial e como ela tem sido relegada – inconscientemente ou não – a um segundo plano nos estudos de comunicação social, e, por conseguinte, nos estudos sobre as políticas de comunicação.

De início, caberia um retrospecto histórico amplo de como os estudos têm em conta a dimensão do espaço. Empreitada necessária e que poria em perspectiva o modo como paisagens, territórios, regiões, locais são retratados, assimilados, renegados ou negligenciados nos estudos das políticas de comunicação. Tal tarefa, no entanto, não pode ser realizada neste espaço com a precisão e a profundidade necessárias. O que não nos impede de prestar tributo a pensadores que já consideraram o rebatimento espacial dos chamados “meios de comunicação”.

Harold A. Innis compreende esta importância na sua obra *O Viés da Comunicação* (Innis, 2011), em especial no capítulo O Viés do Espaço, em que explica como as sociedades dinásticas do mundo antigo se fundavam sob meios de coerção social ora baseados no controle do tempo, dos ciclos temporais; ora por mecanismos de controle do espaço, das fontes de recursos naturais e do território. Em meio a sua análise, cuja primeira edição fora publicada em 1951, sobre as relações entre as sociedades do mundo antigo, o economista canadense identifica um progressivo aumento da coerção espacial em detrimento da temporal ao longo da história, chegando

a afirmar que “o uso da força armada na conquista e defesa acentua o conceito espacial e a organização da sociedade em termo do espaço, ao invés de tempo e continuidade, o que demandou um controle mais efetivo sobre o espaço (...)” (INNIS. 2011, p185).

Tratou-se da primeira “virada espacial”³ nas sociedades antigas e ainda agrárias, até então regidas por leis em que a temporalidade e seus ciclos regiam o modo de fazer. Innis argumenta que a produção dos excedentes agrícolas crescentes nestas sociedades, bem como a necessidade de expansão de seus territórios, levou a um primeiro fenômeno de “urbanização” em que as capitais. Primeiramente, essas cidades foram centros administrativos e locais dos templos e, gradativamente, se tornaram locais dos comércios e das riquezas acumuladas. Desse modo, deslocaram as relações de poder dos sacerdotes e seus saberes sobre os ciclos das colheitas, da estocagem e da produção agrícola (calendário lunar, ciclos de cheias e enchentes e contabilização dos excedentes) para outra lógica crescente em parte da sociedade interessada não apenas no controle da produção agrícola, mas no controle social dos territórios, no espólio e em subjugar outras sociedades e regiões. Uma lógica que, gradativamente, reuniu nas nascentes e autônomas *polis* um conjunto de atores que exerceram uma nova forma de organização: os guerreiros, os mercadores e os aristocratas.

Técnicas dos *corpus* militares (como o código guerreiro de Esparta) e a apropriação de riquezas obtidas pelo espólio (guerras) e tributos (comércio), além da apropriação do trabalho pela mão de obra obtida por meio da escravidão pelos aristocratas destas cidades, foram os meios pelos quais estas três diferentes categorias se reuniram em um pacto para se autogovernarem, nivelando-se como “cidadãos”. Tal dinâmica incutiu uma nova ordem social que, por sua vez, se impôs às sociedades agrícolas e pastoris. Innis argumenta sobre a importância de certos saberes destas *polis* e as formas de compreensão do mundo foram necessárias para possibilitar um novo modelo de sociedade:

³A virada espacial é um termo recorrente ao fenômeno comum à várias áreas das ciências humanas que após os anos 1970 passam a dar maior importância a questões espaciais. “Only after 1970 did these languages begin the process of convergence, encouraged by the importation of French theory, in particular the work of Foucault, Lefebvre, de Certeau, and Virilio, which newly emphasized the power relations implicit in landscape under general headings like “abstract space”, place, and “symbolic place,” interpreted through new spatial metaphors like “panopticism.” The resultant spatial turn in literature and art history of the 1970s and 80s did not so much rewrite the old concerns as treat them with an attention to capitalism, surveillance, and power hitherto practiced only within the realm of social history. In departments of Geography, this vocabulary was elaborated into theories of the relationship between power and space “territoriality,” Massey’s “power geometry,” and Harvey’s “space-time compression”. In “What is the Spatial Turn?”. GULDI, Jo. Scholars' Lab - Spatial Humanities. University of Virginia Library <http://spatial.scholarslab.org/spatial-turn/what-is-the-spatial-turn/>

As formas estáticas descobertas pelos matemáticos gregos alicerçaram o conceito platônico de teoria das ideias. A geometria, por sua vez influenciada por Platão, foi codificada e acabada por Euclides, em Alexandria 300 a.C. Por um breve período, os gregos se libertaram da tradição oral e da tradição escrita. A tradição oral era suficientemente forte para contrapor-se à completa imersão no escrito. A tradição escrita deu sustentação ao ceticismo grego e evitou os monopólios de literatura religiosa.

A crescente importância do problema do espaço foi acompanhada por melhorias na eficiência das táticas militares, levando às conquistas de Filipe e Alexandre. (INNIS, 1956, p. 191)

O que pode ser reforçado no trecho abaixo:

[...] o reconhecimento dos problemas do espaço ficou demonstrado no trabalho de Euclides e no reconhecimento dos problemas do tempo, no estudo da astronomia e nas revisões dos textos de Homero e do Antigo Testamento. (Idem, p. 192)

Ou seja, Innis sustenta que, ao passo que se tornaram complexas, as sociedades antigas foram se valendo de mecanismos de controle e coerção temporais e espaciais para ampliarem sua influência e suas fronteiras. As inovações nos transportes (navios, estradas, carruagens e carros de guerra) mas também nas comunicações (tábuas de argila inicialmente e papiros em seguida, como também os correios militares, os códigos legais, as comunicações oficiais e o desenvolvimento do dinheiro⁴) só podem ser compreendidas com as transformações destas sociedades em perceberem, compreenderem e alterarem suas concepções de espaço e de tempo.

Através de extensa e detalhada pesquisa, Innis aponta – por meio de exemplos presentes na Roma Antiga, na sociedade chinesa, no mundo islâmico, entre outros – como as transformações técnicas resultaram em alterações da compreensão do tempo e do espaço. A dada altura, ele afirma que esta progressão histórica conduziu a uma “[...] destruição do tempo e a crescente importância do monopólio sobre o espaço[...]” claras nos escritos de Hegel, para quem o progresso era conflito e movimento perpétuo; ou nos escritos de Marx, que viu o tempo como uma inevitabilidade sem forma” (Idem, p. 211).

O acadêmico canadense fecha o capítulo constatando que os mecanismos de controle das dimensões espaciais e temporais sempre se chocam e conflitam. Este choque obriga as sociedades a buscarem *mediações* para problemas por meio de

4 Para a compreensão da evolução do dinheiro como meio de circulação – e, conseqüentemente, como meio de comunicação na nossa opinião – ver O Curso do Dinheiro, página 188 do Capítulo III – O dinheiro e a circulação de mercadorias. Nele Marx explica como o papel do ouro, das moedas das cidades estados são fundamentais para a consolidação da lógica mercantilista, MARX, Karl. O Capital – Livro I – São Paulo: Boitempo. 2013

equipamentos e práticas técnicas materiais, mas também em técnicas subjetivas e difusas na cultura e na religião (teatros, cultos, mitos) e na política (leis, ordenamentos, protocolos). Certamente não se pode ignorar a grande centralidade da comunicação para reger, orientar, consolidar e dinamizar estas mediações.

Uma pedra no meio do caminho

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

(Carlos Drummond de Andrade, In *Alguma Poesia*, Ed. Pindorama, 1930)

Este artigo está longe de achar que somente Innis percorreu este percurso ou que apenas ele considerou O Viés do Espaço, como ele nomeou o capítulo de sua obra que acabamos de analisar. É notória sua influência em pensadores da comunicação, como Marshall MacLuhan, mas o que se pretende apresentando o trabalho de Innis é retornar à epígrafe deste artigo para considerar a dimensão espacial como uma das pedras que formam o arco da estrutura dos estudos de comunicação. São poucos os autores que perceberam – com perdão do uso utilitarista dos versos do poeta de Itabira – essa pedra no meio do caminho.

Como vimos na parábola de Calvino a questão do espaço talvez não seja a pedra central que Kublai Khan procura na ponte. Talvez a arquitetura dos tijolos epistemológicos que foram colocados na comunicação não conte com tal pedra angular nem possamos identificar pedras de doze ângulos⁵ no edifício teórico. Talvez porque ainda não as colocaram. Quem sabe, até porque esta construção coletiva nunca exigiu estruturas tão rígidas – são especulações que não caberão neste espaço de argumentação. Talvez os tijolos com que se construiu a epistemologia da comunicação se sustentem sem esta parte do arco, ou talvez ela seja dispensável. São muitas as formas de se construir, e, se elas fornecem o abrigo desejado ou se sustentam para o que se propõem, não há porque considerá-las ruins.

Acreditamos que se trata mais de um problema de abordagem e enfoque do que de uma falha estrutural, afinal as epistemologias são como podem ser. E isso explica o

5 A pedra de doze ângulos de construção pré-colonial na cidade de Cusco, Peru em que o encaixe perfeito e sua relação com as demais a torna ainda hoje motivo de estudos de arquitetos e engenheiros sobre as técnicas Incas de edificação.

fato de Marco Polo ver o equilíbrio entre as pedras e perceber que todas cumprem papel estratégico na sustentação do arco, e o fato contrário de que o grande imperador mongol não o possa inferir, não torna a ponte melhor ou pior. O uso da ponte é que o dirá decerto! Mas, como o mercador veneziano apontava ao imperador, uma vez compreendida as forças e relações entre as pedras, não se pode mais olhar a ponte sem que tais relações sejam consideradas.

E é disto que tratamos aqui. Sem o compromisso de esgotar autores e as relações entre aspectos geográficos e a comunicação, é possível pinçar algumas contribuições importantes para uma compreensão da comunicação em que o viés espacial esteja presente. Neste aspecto, é de grande valia resgatar a discussão de Milton Santos sobre como o ser humano foi, através dos tempos, mudando a sua relação com o seu entorno, o seu lugar. Em *Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (2008), o geógrafo explica a evolução dessa relação sempre compreendidos pelas técnicas presentes. Nas passagens selecionadas anteriormente, Innis parece concordar com a constatação de Milton Santos de que:

Cada nova técnica não apenas conduz a uma nova percepção do tempo. Ela também obriga a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor de comportamento adaptado ao novo ritmo. (SANTOS, 2008, p. 186)

Por decorrência, pode-se afirmar que um novo uso do tempo pressupõe uma nova percepção do espaço e, portanto, um novo uso do espaço. Uma contribuição interessante uma vez que parece concordar no aspecto técnico da comunicação e de ela ser um meio entre homens e território, entre homens e homens, um meio social. Tal raciocínio permitiria uma ousada adaptação da seguinte passagem de Santos ao investigar as relações entre técnica e espaço geográfico:

A questão que aqui se coloca é a de saber, de um lado, em que medida a noção de espaço pode contribuir à interpretação do fenômeno técnico e, de outro lado, verificar, sistematicamente, o papel do fenômeno técnico na produção e nas transformações do espaço geográfico. (Idem, p. 45)

Se alterarmos os termos “noção de espaço” por “noção de comunicação” e “espaço geográfico” por “comunicação social”, certamente teremos aqui um ponto de partida, uma pedra angular (para seguir com as metáforas rochosas) para um estudo mais

sistemático do viés técnico sob uma perspectiva histórica e filosófica das técnicas. E por que esta discussão seria uma pedra angular para a comunicação? Porque a questão técnica perpassa as demais, sendo ponto de contato com outras áreas do conhecimento, permitindo um diálogo e ligações possíveis para a compreensão de fenômenos com o apoio de outros conhecimentos.

Santos acreditava ser esta uma questão apenas da Geografia, ao constatar que, “[...] de uma maneira geral, é por falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico disciplinar” (SANTOS, 2008, p. 47). Mas, identificado o problema, é feita em seguida uma profilaxia, a qual acreditamos ser uma das pontes mais interessantes construídas para interdisciplinaridades:

O que faz falta, aliás, seria uma metadisciplina da geografia, que se inspire na técnica: na técnica, isto é, no fenômeno técnico e não nas técnicas, na tecnologia.

O fato de que os geógrafos tenham com frequência desconsiderado a técnica em suas formulações metodológicas ou que tenham considerado como um dado externo e não propriamente constitucional, em sua *démarche* teórico-empírica, vai ter implicações na maneira como outros especialistas tratam a questão do espaço (Idem, *ibidem*)

Um raciocínio que, *mutatis mutandis*, é válido para a Comunicação e muitas outras áreas, pois nada nos impediria de advogar por uma metadisciplina da comunicação, haja vista todos os rebatimentos possíveis dos aspectos da comunicação nas demais áreas. O que sugere Santos e nos parece interessante é pensar o papel central dos estudos das técnicas nesta ideia. É, portanto, um chamado ao diálogo pela compreensão das técnicas, não em seu sentido imediato, mas em seus significados amplos, por meio da compreensão dos objetos técnicos em seu sentido histórico, sociológico, cultural, filosófico, simbólico. Pois, ainda segundo Santos:

Através dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas geográficas), que permitiram a chegada destes objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela a sua história. (Idem, p. 48).

O que leva o autor a falar diretamente em comunicação em um sentido amplo, quando afirma que:

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também na percepção do tempo, tanto por sua existência física, que

marca as sensações diante da velocidade, como pelo seu imaginário. Esse imaginário tem uma forte base empírica. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. (Idem, p. 55)

É então que podemos apresentar a síntese da definição de espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS 2008 p21). Essa definição vai levar o geógrafo brasileiro a identificar três momentos das formas de o ser humano se relacionar com seu entorno. Um primeiro, o Meio Natural, em que o ser humano se relaciona com o seu entorno por meio da natureza diretamente, em que as técnicas e ações são voltadas para o seu alcance local e os sistemas estão sob as exigências e limitações dos ciclos naturais. No segundo, o Meio Técnico, há uma nova lógica de se usar o território, de se valer dos recursos naturais, em que as técnicas são voltados para as relações entre seres humanos, quando surgem as primeiras máquinas e os objetos técnicos já são capazes de enfrentar a natureza, “com instrumentos que já não são prolongamentos do seu corpo mas que representam prolongamento do território, verdadeiras próteses”. (Idem, p. 237). O terceiro e atual, em que vivemos, começa, segundo Santos, na década de 1970, em que:

[...] os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças a extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata. Estamos diante da produção de algo novo, a que estamos chamando de *meio técnico-científico-informacional*. (Idem, p. 238)

Pedras em fricção

Do atrito de duas pedras
chispam faíscas;
das faíscas vem o fogo;
do fogo brota a luz.
Victor Hugo

Tanto na discussão de Milton Santos sobre uma abordagem empírica das técnicas como na formulação do conceito de meio técnico-científico informacional, a comunicação ganha centralidade. Não pretendemos endossar que tudo que o geógrafo propõe deve ser adotado *ipsis litteris* para a comunicação. Nem tampouco se afirma que

todo aporte venha da geografia ou que esta comunicação seja unidirecional, sem possibilidade da comunicação dar a sua contribuição. Aproximações, fricções e pontes são traçadas e destroçadas, construídas e remendadas, às vezes com as pedras que temos, outras com as que vamos buscar nas pedreiras, assim como pesquisadores buscam pelos livros necessários às suas pesquisas nas bibliotecas. Muitas vezes os encaixes são satisfatórios; outros são bruscos e instáveis. O que não nos impede de querer construir pontes e transformar a paisagem da comunicação e da geografia. Os atritos podem esfacelar as pedras, mas também produzir faíscas e centelhas que podem acender a chama do conhecimento. Há os que já estão friccionando estas pedras sem saber se depois elas poderão constituir as arquiteturas dos edifícios da geografia ou da comunicação social.

E internacionalmente já percebe-se o encontro destas duas áreas por duas vertentes: a primeira norte-americana, em que pesquisadores da geografia escolhem os estudos do grupo *Media & Communication Geography*, vinculados à *American Association of Geographers*.⁶ Neste caso pode-se dizer *grosso modo* que o viés de análise principal é a percepção de pesquisadores da geografia sobre os meios de comunicação nas questões da geografia.

Algo que também ocorre no Brasil, mas com as suas devidas diferenças. Patrícia Laundry Mollo Vieira publicou em 2014 a dissertação *O Espaço de Milton Santos à Luz da Semiótica* no Programa de Pós Graduação em Geografia da UnB, estudo em que a pesquisadora se apropriou da semiótica de Peirce e de Mikhail Bakhtin para analisar o conceito de espaço em Milton Santos e sugerir “a Semiótica Aplicada como método para análise do pensamento geográfico” (VIEIRA 2014). Trata-se de um exemplo único, mas que aponta o crescimento de análises antes exclusivas da comunicação na geografia.

A segunda vertente é ligada a pesquisadores da *Nordic Information Centre for Media and Communication Research*, da Universidade de Gotenburgo, cuja publicação *Geographies of Communication - The Spatial Turn in Media Studies* (Jansson & Falkheimer (org) 2006)⁷. Nesta, estudiosos abordam o que chamam de uma virada espacial ainda que tardia nos *Media Studies*.

6 AMERICAN ASSOCIATION OF GEOGRAPHERS visitado em 22/11/2018
<http://community.aag.org/specialtygroups/allspecialtygroups#&&StartRowIndex=40>

7 – disponível em inglês em http://www.nordicom.gu.se/sites/default/files/publikationer-hela-pdf/geographies_of_communication.pdf)

No Brasil percebe-se que alguns pesquisadores da Comunicação Social começam a trilhar este percurso. Desde 2008, a Intercom mantém o Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação⁸. Pesquisadores como Sonia Aguiar em *Territórios do Jornalismo: Geografias da Mídia*, têm se valido de uma leitura da geografia para analisar estudos de mídia regional e de comunicação comunitária e Sonia Virginia Moreira voltam-se aos conceitos da geografia como escala para empreender estudos na área⁹

Mas e nas Políticas de Comunicação?

Afinal que pontes ou atritos podem ser produzidos entre a Geografia e a Comunicação que podem contribuir para o estudo das políticas de comunicação? Uma sinalização interessante seria uma apropriação maior das discussões sobre política por áreas do conhecimento como a Geografia Política e a Geopolítica. Em *Geografia e Política*, Iná Elias de Castro ressalta que: “é na relação entre a política - expressão e modo de controle dos conflitos sociais - e o território - base material e simbólica da sociedade- que se define o campo da geografia política”. (CASTRO p.15-16).

Neste sentido uma abordagem interessante é ampliar o uso de ferramentas e técnicas da geografia, como a produção de mapas e diagnósticos socioespaciais para a compreensão das Políticas de Comunicação. Milton Santos e María Laura Silveira em *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI* produzem estudo de referência para diferentes áreas do conhecimento em que por meio da identificação dos “usos do território” (SANTOS et SILVEIRA. 2008 p 19-22) aponta para uma série de análise que constituem um robusto ponto de partida para se compreender as políticas de comunicação a partir do território brasileiro uma vez que “permite pensar o território como ator e não apenas como palco, isto é, o território no seu papel ativo” (Idem. Ibidem p 11).

Outra aposta interessante passa pela contribuição de duas discussões apresentadas por Marília Steinberger. A primeira é o aprofundamento da noção de uso do território para a categoria *território usado* (STEINBERGER 2013 p63) ao enumerar que:

8 (<http://www.geografias.net.br>)

9 (Memória Intercom Depoimentos – 14/07/2015 :
http://portalintercom.org.br/uploads/files/depoimento_sonia_moreira_3.pdf)

-
- O território tem obrigatoriamente um sentido geográfico amplo que vai além da geografia física e se complementa ao seu sentido jurídico. Não pode ser relegado a um papel secundário;
 - O território não é apenas material. É simultaneamente material e social. Não pode ser confundido com superfície terrestre, quadro natural, base física, limite, recursos e extensão;
 - O território não é propriedade do estado e sim de todos os agentes e atores sociais que têm o poder do ‘agir político’ na sociedade. Não pode ser capturado pelo Estado nem pelos que detêm o direito de propriedade;
 - O território não é um mero recipiente morto que abriga a ação do Estado. O território é ativo e essa atividade está no uso que os agentes e atores fazem dele. Está em permanente interação com a sociedade e com o próprio Estado.
 - Produzir políticas públicas não é uma prerrogativa exclusiva do Estado, mas de todos agentes e atores sociais, cabendo-lhes coordenar a ação desses e oficializar as políticas públicas;
 - Na prática, toda política pública concretiza-se no território, ou seja, o território está sempre presente, explícita ou implicitamente, nas ações de política pública. Assim admite-se que todas as políticas públicas têm uma dimensão territorial;
- Face a esse conjunto de ideias vale perguntar: afinal, a que conceito de território está se fazendo referência? Por certo, não ao território receptáculo, mas ao território carregado de poder, ao “território usado” na concepção de Milton Santos. (STEINBERGER 2013. p 63).

Tal chave de análise para os casos de estudos sobre as políticas públicas de comunicação permite compreender como as políticas públicas se consolidam nos lugares, que usos e técnicas ela gera em determinado contexto social, espacial e temporal. Uma concepção de política pública que supera a noção de território como mero receptáculo da vontade humana; um entendimento do papel ativo do contexto espacial na formulação das políticas e essencial para compreender como estas de fato acontecem, para além das intenções e do discurso presente nos planos de governo e relatórios de governo.

A partir desta compreensão de território o conceito de *Políticas Públicas Espaciais* (STEINBERGER 2013), ou seja, a análise das políticas públicas sobre a perspectiva espacial oferece uma chave de análise para se compreender as políticas de comunicação, sobretudo das promovidas pelo estado. Uma compreensão do fenômeno da formulação, execução e avaliação das políticas em que o território, o espaço, sejam meio de compreensão das ações e sejam elemento essencial para superar os entraves da área das políticas públicas. Como um exemplo da aplicação desta chave de análise temos o estudo das políticas do meio rural realizada na mesma publicação¹⁰.

10 GUALDA, Vitor e MELLO Lucio P. Políticas Para o Meio Rural: Um Estado Duas Abordagens. Apud STEINBERGER 2013

Sintetizando

Longe de concluir este artigo se encerra com a ideia de que além da dimensão temporal faz-se necessário atentar para a dimensão espacial nos estudos de comunicação em especial nos estudos de Política de Comunicação. Com este método Innis relacionou a comunicação a aspectos geográficos e históricos, mostrando a relação entre eles. Por seu modo Milton Santos, ao definir espaço como sistemas de objetos e sistema de ações torna os objetos e ações técnicas como marcas das materialidades e das intencionalidades humanas presentes no território, elementos de análises, marcas, registros das ações humanas através dos tempos presentes no território. Mais que isso, o geógrafo brasileiro inclui um método em que o político se torna compreensível ao se olhar o território. Que a produção de mapas, e o uso de conceitos como escalas possam servir de base para uma produção de políticas espaciais de comunicação. Se as pedras soltarão faíscas ou comporão um arco para pontes, só as pesquisas empíricas vão dizer. Que o território e as técnicas seja faíscas ou parte do arco de futuras análises de estudos de políticas de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Sônia. **Territórios do Jornalismo: Geografias da Mídia Local e Regional no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2016
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: O Globo / Folha de São Paulo, 2003
- CASTRO, Iná E. de. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- FALKHEIMER, Jesper, JANSSON André. **Geographies of Communication: The Spatial Turn in Media Studies**. Gotenburgo, 2006.
- INNIS, Harold A. **O Viés da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARTINO, Luiz C, HOLHFELD Antonio, FRANÇA Vera (ORG). (2014). **Teoria da Comunicação, Conceitos, Escolas e Tendências**. Petrópolis: Editora Vozes
- MOREIRA, Sônia V (ORG). **Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de cultura**: São Paulo, 2012.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4ª Ed. São Paulo Edusp. 2008
- SANTOS, Milton, SILVEIRA María L. da. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 12ª Ed. Rio de Janeiro. Record 2008.
- STEINBERGER, Marília (ORG) **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. LER Editora. Brasília. 2013
- VIEIRA, Patrícia L.M. O Espaço de Milton Santos à Luz da Semiótica. 2014 Dissertação de Mestrado, POSGEA/UnB, Brasília DF